



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2014/SEMA/MT

PROCESSO Nº 369014/2014/SEMA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014/SEMA

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 08/09/2014 – HORÁRIO 14h00min

LOCAL: Sala de Pregões (N.º 03) da Central de Licitações da Secretaria de Estado de Administração, localizada na Superintendência de Aquisições Governamentais, situada à Transversal I, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo, Cuiabá - Mato Grosso.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 17 APARELHOS TELEFÔNICOS DIGITAL MASTER E 10 HEADSET (FONE DE OUVIDO), devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

ÍNDICE

ITEM	TÓPICO	PÁGINA
1	PREAMBULO	02
2	DO SUPORTE LEGAL	02
3	DO OBJETO	02
4	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	03
5	DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	04
6	DO CREDENCIAMENTO	05
7	DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	07
8	DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES	08
9	PROPOSTA DE PREÇOS	10
10	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	12
11	DA HABILITAÇÃO	14
12	DOS RECURSOS	21
13	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	22
14	DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO	22
15	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	24
16	DA RESCISÃO	25
17	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25
18	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26

ANEXOS

ANEXO I	Formulário Padrão de Proposta	30
ANEXO II	Carta de Credenciamento.	33
ANEXO III	Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.	34
ANEXO IV	Modelo da Declaração de:	35
ANEXO V	Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP	36
ANEXO VI	Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.	37
ANEXO VII	Termos de Referência nº. 101 e 106/2014 elaborado pelo setor demandante	38
ANEXO VIII	Modelo de declaração de garantia	49



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2014/SEMA/MT

PROCESSO N.º 369014/2014

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA, neste ato representado por sua PREGOEIRA, nomeado pelo Ato n.º 18.870/2014, de 26/02/2014, publicada no D.O.E. em 26/02/2014, bem como designado pela Portaria n.º 002/2014/ SEMA, publicada no D.O.E. do dia 13 de março de 2014, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

1.1. O Credenciamento que possibilita o direito de manifestação das empresas participantes será **realizado das 14h00min as 14h30min do dia 08 de setembro de 2014**, sendo a sessão aberta neste mesmo dia às **14h30min**, na qual serão entregues os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

1.2. O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **Sala de Pregão n.º 03**, Superintendência de Aquisições Governamentais – SAD, situada na Avenida Transversal 01, Bloco C 03, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá – MT.

2. DO SUPORTE LEGAL

2.1. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, o que rege a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal n.º 3.555 de 08 de agosto de 2000, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual n.º 7.696 de 01 de julho de 2002, Decreto Estadual n.º 7.217 de 14 de março de 2006 e suas alterações, Decreto Estadual n.º 8.199 de 16 de outubro de 2006, Decreto Estadual n.º 8.426 de 18 de dezembro 2006, Decreto Estadual n.º 635 de 6 de agosto de 2007 e, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, bem como a Lei Complementar Estadual n.º 264 de 28/12/2006,(Consolidada até a Lei Complementar n.º 506 de 11 de setembro de 2013), Decreto Estadual n.º 635 de 16 de agosto de 2007 e o Decreto Estadual n.º 2.067 de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ.

3. DO OBJETO

3.1 A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE 17 APARELHOS TELEFÔNICOS DIGITAL MASTER E HEADSET (FONE DE OUVIDO)**, devendo ser



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Formulário Padrão de Proposta**, que faz parte integrante deste Edital.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão, somente os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, que sejam legalmente constituídos, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado, sendo que será analisada esta compatibilidade durante o credenciamento.**

4.2. Poderão participar desta licitação as empresas cujas inscrições no Cadastro de Fornecedores do Estado, estejam em plena validade, situações substitutivas das documentações exigidas, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 7.218/06.

4.2.1. Para as pessoas jurídicas não inscritas fica assegurado o direito de apresentarem a Documentação (habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica – financeiro e regularidade fiscal) prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, para confirmar a sua habilitação.

4.2.2. Em Sessão Pública, a regularidade das empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado a confirmação dar-se-á através do portal eletrônico da SAD/MT ou através da apresentação de documento equivalente que confirme a regularidade do cadastro.

4.2.3. Para participação do **PREGÃO**, as licitantes que não estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores e que quiserem se cadastrar deverão providenciar o seu Cadastramento, **no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis** antes da data designada para o recebimento das propostas.

4.2.4. As empresas que já estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso deverão providenciar a **revalidação/atualização** de documentos inerentes à documentação obrigatória, também **no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento da proposta** junto a sua Unidade Cadastradora ou apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão.

4.2.5. Recomenda-se que os representantes legais dos licitantes estejam presentes na data, hora e local da abertura da licitação.

4.2.6. A empresa interessada em participar poderá apenas enviar sua proposta ou encaminhar a mesma mediante o seu representante legal.

4.2.7. Qualquer manifestação em relação a presente licitação fica condicionada ao prévio credenciamento.

4.2.8. Os licitantes participantes arcarão com todos os custos decorrentes da sua participação no certame licitatório.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

4.3.1. Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

4.3.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punida com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010.

4.3.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.3.4. Estrangeiras que não tenham sede no País.

4.3.5. Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.3.6. Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, de 05 de junho de 2003, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008;

4.4. Sob pena de desclassificação, os interessados a participar do presente pregão deverão trazer cópia da documentação, acompanhada do original, para autenticação em sessão **OU** fotocópia da mesma autenticada por cartório.

4.4.1.. Só serão aceitas cópias legíveis.

5. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendem viciarem o mesmo.

5.1.1. As petições poderão ser protocolizadas por meio dos Correios, via Sedex; por meio do endereço eletrônico: licitacao1@sema.mt.gov.br; por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente; devidamente instruídas com a razão social, endereço, telefone para contato e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem, devendo ser endereçadas à Comissão de Licitação, modalidade pregão da SEMA, sendo que as petições deverão ser recebidas nesta secretaria até o prazo constante no item 5.1.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.2. Os esclarecimentos serão disponibilizados no sítio da Internet da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (www.sema.mt.gov.br no link “licitações”) e da Secretaria de Estado de Administração (www.sad.mt.gov.br no link “Portal de Aquisições”) e passarão a integrar o presente Edital.

5.3.. Serão divulgadas pela internet nos sítios mencionados no item acima, todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual os licitantes interessados deverão consultá-los frequentemente.

5.4. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

5.5. Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

5.6. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração, para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

5.7. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

5.8. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Os licitantes interessados em participar do certame deverão comparecer no local indicado neste Edital 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura da sessão, para efetuarem o credenciamento.

6.2. Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.2.1. Na ocorrência dos documentos relativos ao credenciamento constarem no Envelope “2”, o pregoeiro poderá devolver o envelope de habilitação lacrado ao licitante para que o mesmo retire de dentro os respectivos documentos, procedendo a novo lacramento.

6.3. Todos os documentos relacionados abaixo deverão ser entregues independente dos Licitantes serem cadastrados no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso (CGF).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.4. Os proponentes interessados deverão indicar um representante para ser credenciado pelo Pregoeiro, devidamente munido de documento que o autoriza a participar deste Pregão e que possa, plenamente, responder pela empresa representada.

6.5. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, **exibindo:**

6.5.1. A respectiva cópia da cédula de identidade autenticada em cartório ou cópia desta (ou documento equivalente) com a original para autenticação da equipe de licitação.

6.5.2. Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme Anexo III.

6.5.3. A empresa deverá apresentar no ato de credenciamento uma Declaração Negativa de Inidoneidade e Suspensão para licitar com o poder público (**Anexo VI**).

6.5.4. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou Termo de Credenciamento, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório (Anexo II- Modelo de Termo de Credenciamento)**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, e ainda o documento do Contrato Social ou Estatuto da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

6.5.5. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, **deverá apresentar cópia da cédula de identidade e original ou documento equivalente autenticado em cartório e cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto da empresa**, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

6.6. Todos os documentos relacionados no subitem anterior deverão ser originais ou deverão estar autenticados em cartório ou fotocópia simples acompanhada de documento original, para conferência “in loco”.

6.6.1. Só serão aceitas cópias legíveis.

6.7. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

6.8. É vedado o substabelecimento com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento de licitação.

6.9. A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais e demais fases do



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

procedimento licitatório, enquanto não suprida à falta ou sanada a incorreção, este saneamento somente poderá ocorrer na etapa de credenciamento.

6.10. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.11. Poderá estar presente mais de um representante autorizado de cada licitante, porém, apenas 01 (um) poderá participar dos trabalhos.

6.12. As empresas licitantes interessadas no presente certame que não puderem enviar preposto para participar da sessão pública de Pregão Presencial poderão remeter os documentos referente a Proposta e Habilitação, em envelope lacrado, via correio, devendo os respectivos documentos ser entregues até a abertura da Sessão Pública, ao qual não poderá manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório.

6.13. Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação** todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da empresa credenciada.

7. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

7.1. Por força da Lei Complementar nº 123/06, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

7.1.1. Por ocasião do credenciamento, na modalidade pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar:

I – quando optante pelo SIMPLES nacional:

- a)** Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;
- b)** Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

II – quando não optante pelo SIMPLES nacional:

- a)** Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;
- b)** Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

7.1.2. No momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada toda



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

a documentação, nos termos do item 8 - Da Habilitação, deste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.1.3. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.

7.2. Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- b) a nova proposta mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);
- c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que se enquadrem no subitem 6.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no item 4.1., alínea b, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- e) na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea a, b, c e d do presente subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES

8.1. A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados **no preâmbulo deste Edital**.

8.2. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará (ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

8.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS POR ITEM
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.

8.4. A empresa deverá apresentar um envelope para cada ITEM.

8.5. O envelope dos “Documentos de Habilitação” deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE.

8.6. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – Proposta de Preços – e, após, o Envelope 02 Documentos de Habilitação.

8.7. Os documentos apresentados pelos licitantes nas Propostas de Preços e nos Documentos de Habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

8.8. Caso o licitante não possa comparecer na sessão de abertura do Pregão, poderá entregar pessoalmente ou enviar por correios à Gerência de Processos de Aquisições - GPAQ, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sito na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, na cidade de Cuiabá-MT, CEP 78050-970:

- a) Contrato Social ou Estatuto da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a ultima alteração consolidada;**
- b) Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme Anexo III;**
- c) Envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação;**

8.8.1. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar, além dos documentos elencados no item 8.8, fora dos envelopes proposta de preço e de habilitação:

I – quando optante pelo SIMPLES nacional:

- c) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;**
- d) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.**

II – quando não optante pelo SIMPLES nacional:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

c) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

d) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

8.8.2. No caso de envio dos envelopes por meio dos correios, o licitante deverá enviar e-mail para o endereço licitacao1@sema.mt.gov.br, informando seus dados para contato, a data do envio e o código de rastreamento/identificação dos envelopes, para que a GPA confirme o recebimento dos envelopes.

8.8.3. Cabe ao licitante providenciar para que os envelopes sejam recebidos em tempo hábil de serem abertos na sessão pública.

8.8.4. Entregar pessoalmente no local da realização da sessão do Pregão os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação ao pregoeiro, na data e horário previstos para o credenciamento.

8.8.5. A SEMA não se responsabilizará por eventuais atrasos e/ou extravios na entrega dos envelopes.

8.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a SEMA não será, em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

9. PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no **modelo de proposta de preços (ANEXO I)**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

9.2. Na Proposta de Preços deverão constar, **sob pena de desclassificação:**

9.2.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco.

9.2.2. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

9.2.3. Uma única cotação, com preços unitários e valor por ITEM, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

9.2.4. Catálogo descritivo do produto licitado ou cópia autenticada do mesmo, o qual deverá conter no mínimo as especificações constantes nos Anexos deste Edital, com apresentação nítida e legível.

9.2.4.1. Somente será considerado válido catálogo, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e conste a origem do *site* oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

9.2.4.2. Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo ofertado.

9.2.4.3. No caso de catálogo com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação.

9.2.4.4. Quando o catálogo for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita Declaração Complementar do Fabricante ou Distribuidor, descrevendo a especificação faltante no prospecto. Contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do produto na forma ora declarada, sob pena de desclassificação da proposta escrita. Ficando ressalvado que a descrição a ser ofertada deverá ser o do objeto ofertado, não podendo ser cópia fiel do contido no presente Edital, salvo se este corresponder em sua integralidade às especificações requisitadas.

9.2.4.5. No caso de catálogo que contenha descrição em língua estrangeira, o mesmo deverá vir acompanhado da respectiva tradução.

9.2.5. A licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme constante no modelo da PROPOSTA DE PREÇOS – Anexo I deste edital.

9.2.5.1. O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

9.2.6. A entrega dos produtos ocorrerá em até no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

9.3. Em função do critério de julgamento, os licitantes deverão obrigatoriamente apresentar preço para o item observando as quantidades solicitadas no edital, sob pena de desclassificação pela ausência de cotação para qualquer um deles.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.4. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

9.5. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos serem fornecidos sem ônus adicionais.

9.6. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.

9.7. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.9. Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades do item 17.4 do presente Edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.10. O Pregoeiro considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.

9.11. A sessão pública poderá ser suspensão, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro.

10.2. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de MENOR PREÇO POR ITEM**, que corresponde ao valor total bruto da proposta para o ITEM.

10.3. No julgamento serão observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, neste edital, e o objeto social da empresa.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

10.5. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 17.4 deste Edital.

10.8. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, que tem caráter meramente informativo.

10.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

10.10. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, e, caso o pregoeiro entenda necessário, abrirá o envelope do segundo classificado, para confirmação das suas condições habilitatórias, nos termos do artigo 36, § 4º, do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.12. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.13. Nas situações previstas nos subitens **9.8, 9.9 e 9.11**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

10.14. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

10.15. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes,



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

10.16. Caso ocorra a apresentação de 02 (duas) ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, e as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

10.17. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

10.18. Havendo apenas uma proposta de preços por ITEM, o pregoeiro suspenderá a sessão do Pregão e informará a autoridade competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

b.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

c) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

d) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

e) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

e.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

e.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, email, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

f) As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedoros – CGF/MT.

11.2. As Empresas licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

11.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

a) Cédula de Identidade, quando se tratar de empresa individual.

b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial, **em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada;**

c.1) Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c.2) Caso a licitante já tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, não há necessidade de apresentá-lo novamente no envelope de habilitação;

d) No caso de Sociedade por Ações, Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia de última eleição dos seus administradores.

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.

f) A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também:

f.1.) o decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.2.1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DE ME E EPP (ART. 7º, DECRETO Nº. 635/07):

- a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

11.2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PARA EMPRESAS DE GRANDE PORTE, ME E EPP)

11.2.2.1. As empresas participantes deste pregão comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:

11.2.2.2. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis em característica, quantidade e prazos com o objeto desta licitação.

11.2.2.3. No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

11.2.2.4. O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, email, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

11.2.3. DA REGULARIDADE FISCAL:

11.2.3.1. DA REGULARIDADE FISCAL DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
 - b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm.
 - c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.
 - d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário.
- d.1)** Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “b” e “c”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- e) Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais, emitida pela Procuradoria Geral do Município.
- f) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br.
- g) Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mesma pode ser retirada no site: www.inss.gov.br.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.2.3.2. DA REGULARIDADE FISCAL DA ME E EPP (ART. 7º, DECRETO 635/07):

- a) Inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;
- b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme objeto licitado.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.2.4.1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Observações: Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a.1)-** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

- a.2)-** Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

-acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

a.3)- Sociedade criada no exercício em curso:

-fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

a.4)- O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

b) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para habilitação apenas resultado igual ou maior que 1,0(um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;

11.2.4.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ME E EPP (ART. 7º, DEC. 635/07):

a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1)- Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar um dos documentos abaixo elencados:

b.1.1) – fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

b.2)- Sociedade criada no exercício em curso:

-fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes nos casos de sociedades anônimas.

b.3)- O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

11.2.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

a.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

11.3. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

11.5. Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão, exceto para os documentos expedidos pelos órgãos federais que terão prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua emissão.

11.5.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

11.6. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

11.7. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhados do original para conferência pelo Pregoeiro.

11.8. O (a) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.9. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

11.11. Poderá o (a) Pregoeiro (a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

11.12. Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

11.13. Somente serão retidos os documentos do licitante vencedor, no entanto, a Administração poderá reter os documentos dos demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que esses estejam implicados na questão.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.14. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.15. Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11.16. O pregoeiro (a) poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por item ou lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.1.1. A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

12.1.2. Não serão aceitas petições encaminhadas por e-mail ou fax, as mesmas deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçadas ao Pregoeiro, ou por correios, via Sedex.

12.1.3. As petições deverão estar instruídas com a razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do pregão ao qual se referem.

12.1.4. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não, nos termos do art. 112, I, do Decreto nº. 7.217/06.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.3. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos até a decisão final quanto ao recurso interposto.

12.4. Havendo recurso interposto contra a decisão do Pregoeiro acerca de determinado ITEM, este não terá efeito suspensivo para os demais.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da SEMA, na Gerência de Processos de Aquisições.

12.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

13.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

13.3. Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de 48 horas, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13.3.1. Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Administração, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

14. DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO

14.1. Entregar o objeto da licitação a partir da emissão da ordem de fornecimento, no prazo de **até no máximo 30 (trinta) dias corridos**, sendo que, para o item 01 na ordem de fornecimento constará:

A SEMA se compromete a:

a)-permitir acesso dos empregados da vencedora às dependências da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, para a entrega dos materiais;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- b)-impedir que terceiros forneçam os materiais objeto desta licitação;
- c)-comunicar à vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento dos materiais;
- d)-solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeito durante a entrega e a utilização;
- e)- atestar as faturas correspondentes, checando se os materiais entregues estão de acordo com as especificações contidas no objeto.
- f) verificar a regularidade das certidões exigidas pela legislação vigente, para posterior formalização do pagamento.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela vencedora, quando necessários ao fornecimento do objeto
- h) Efetuar o pagamento à adjudicatária, desde que verificada a adequação dos materiais fornecidos, com as especificações constantes no termo de referência.

A empresa adjudicatária se compromete a:

- a) Apresentar declaração se responsabilizando pela garantia do produto de acordo com as normas exigidas (Código de Defesa do Consumidor) mínimo de 90 (noventa) dias, bem como deverá informar o prazo real de validade de cada produto (ANEXO VIII);
- b) responder, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: taxas, impostos, contribuições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- c) responder pelos danos causados diretamente à Administração da Secretaria de Estado de Meio Ambiente ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
- d) executar o fornecimento dos materiais dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada;
- e) substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, o produto que for considerado inadequado ou defeituoso pelo Almoxarifado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
- f) apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;
- g) comunicar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- h) manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- i) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela SEMA, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- j) Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da SEMA;
- k) Manter os seus empregados identificados por crachá quando do fornecimento dos materiais a SEMA;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- l) Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração praticada por seus empregados nas dependências da SEMA;
- m) A contratada sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- n) Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- o) Deverá entregar manual contendo informações claras, precisas, e em língua portuguesa sobre as características, qualidade e origem dos materiais, entre outros dados, no que couber.
- p) Quando for o caso, fabricante e importador, deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto e/ou material. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.
- q) Acondicionar os materiais em embalagem individual adequada que apresente o menor volume possível que cause menor impacto ambiental, quando se tratar de embalagens de papel/papelão.

14.2. O produto descrito no item 01 será recebido na Gerência de Patrimônio Mobiliário, e deverá ser acompanhada pelo gerente responsável ou algum servidor designado por este, sendo que especificamente para o item 02, será recebido na Gerência de Almoxarifado deverá também ser acompanhado por um servidor designado pela Superintendência de relacionamento e atendimento ao cidadão -SURAC :

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação do Edital, sendo esta verificação efetuada no período máximo de 05 dias úteis;
- b) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e consequente aceitação;

14.3. Efetuar o pagamento após o atesto na Nota Fiscal/Fatura, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue, em consonância com o objeto do Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002 c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos bens e recebimento da Fatura/Nota.

14.4. O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA na data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.

14.5. A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

14.5.1. Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

14.6. Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

14.7. As comprovações de regularidade exigidas nos subitens acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

14.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

14.9. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14.10. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, sendo que as referentes ao item 01 deverão ser entregues na **Gerência de Patrimônio Mobiliário**, e serão atestadas neste setor, as referentes ao item 02 deverão ser entregues na **Gerência de Almoxarifado**, e serão atestadas neste setor.

14.11. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

14.12. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

15.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a adjudicatária a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

15.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.1.2. Quanto ao atraso na retirada da ordem de fornecimento e nota de empenho e quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

15.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à adjudicatária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

15.3. Se a adjudicatária recusar-se a assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Fornecimento, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a adjudicatária ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

15.5. A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

15.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

15.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

16. DA RESCISÃO

16.2. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101

Programa: 036 e 323

Unidade Gestora: 02

Projeto\ Atividade: 2007

Região: 9900

Medida: 01 e 05

Tarefa: 01

Fonte: 240

Natureza da despesa: 449052

17.2. As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.2.1. A anulação do procedimento induz a do contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

18.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18.3. A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

18.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.6.. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no item 8.8 do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

18.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

18.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

18.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

18.12. Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, endereçado a Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

18.12.1. Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: www.sad.mt.gov.br/ Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade de o licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

18.13. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

18.14. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

18.15. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

18.16. São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.

b) Anexo II – Carta de Credenciamento.

c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos dos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.

f) Anexo VI - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

g) Anexo VII – Termos de Referência nº. 101 e 106/2014 elaborado pelo setor demandante.

h) Anexo VIII – Modelo de Declaração de Garantia

Cuiabá, 26 de agosto de 2014.

Emmanuelle Silva Santos
Pregoeira Oficial
SEMA/MT

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 29
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão n.º _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.
Razão Social: _____ CNPJ nº: _____
Endereço: _____
Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____
Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

ITEM 1

Preenchimento para todos licitantes					Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL MASTER DEVE POSSUIR 05 TECLAS PROGRAMÁVEIS, DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO DE 02 LINHAS E 20 CARACTERES, PARA CENTRAIS PABX DA MARCA ERICSSON, MODELO MD110 (INCLUIR CABOS E LICENÇAS NECESSÁRIAS). UNIDADE.		17							

Endereço: Rua “C” esq. com a Rua “F”, s/nº - Palácio Paiaguás – Centro Político e Administrativo. 30
Cuiabá – MT – CEP: 78050-970 – Fones (Fax): 3613-7308/3613-7309



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ITEM 2

Preenchimento para todos licitantes					Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
HEADSET PARA TELEMARKETING, CONTROLE DIGITAL DE VOLUME, ATENDIMENTO AUTOMÁTICO E DESLIGAMENTO MANUAL, TRÊS OPÇÕES DE TEMPO FLASH, SIGILO DE TRANSMISSÃO, TRÊS MELODIAS DE CAMPAINHA, REDISCAGEM DO ÚLTIMO NÚMERO (LINHA PÚBLICA OU PABX), QUATRO NÍVEIS DE CAMPAINHA (DESLIGADO, MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO), COM NO MÍNIMO 10 TECLAS. ATENDIMENTO AUTOMÁTICO: RECURSO QUE PERMITE ATENDER ÀS CHAMADAS TELEFÔNICAS AUTOMATICAMENTE, SEM NECESSIDADE DE ACIONAR A TECLA ON/OFF (GANCHO), POR UTILIZAR TAMBÉM UM SISTEMA MICROPROCESSADO E MANTA DE BORRACHA DE SILICONE, A VIDA ÚTIL DO TECLADO AUMENTA MAIS DE 10 VEZES EM RELAÇÃO AS CHAVES COMUTADORAS E ACIMA DE 100 VEZES EM RELAÇÃO A POTENCIÔMETROS DESLIZANTES. UNIDADE.		10							



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

À

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 011/2014/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

Indicamos o (a) Sr. (a) _____, portador
(a) da cédula de identidade nº. _____, órgão expedidor
_____, como nosso (a) representante legal na Licitação em referência,
podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar lances,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

***Reconhecer em Cartório**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os efeitos legais, que atendemos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Nº 011/2014/SEMA/MT, sob pena das sanções cabíveis. (No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, requereu o benefício nos termos da LC nº 123/2006, e que possua alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, assinale a ressalva abaixo):

() Declaro possuir restrição, como ressalva na supracitada declaração.

Local e data

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de Pregão Presencial N°. 011/2014 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N° _____, sediada na Rua _____, n° ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 011/2014/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO V

MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME E EPP.

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006)

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que na participação no PREGÃO Nº 011/2014/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

() Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br);

() CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

() Declaração do último Imposto de Renda ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

**Assunto: Declaração Negativa
de Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)

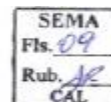


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VII
TERMO DE REFERÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



1- TERMO DE REFERÊNCIA nº 101/2014 369014/14									
2- Unidade Orçamentária: 27101 2.1- Programa: 036 2.2- Unidade Gestora: 0002 2.3- Região: 9900 2.4- Medida: 1 2.5- Tarefa: 1				3- Classificação da Despesa: (x) Materiais Permanentes () Materiais de Consumo ou Expediente () Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiro Pessoa Física () Obras () Reformas () Outros					
4- Unidade Demandante do TR: Secretaria adjunta executiva Coordenadoria de apoio logístico				5- Unidade Solicitante/ Recebedora: Gerência de Patrimônio Mobiliário			6- Fiscal do Contrato 6.1 – Fiscal Titular: Vilson Alves de Almeida Junior 6.2 – Fiscal Substituto: Jocileide Isabel Pereira Leite Ramos		
7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.									
Projeto/Atividade		Fonte		Elemento e Sub- Elemento de Despesas		Valor (R\$)			
2007		240		449052					
Custo Total Estimado 2014									
8- Objeto Sintético: Aquisição de 17 aparelhos telefônicos digital MASTER.									
9- Planilha Descritiva do Objeto									
9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de Prestação de SERVIÇOS:									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	QTDE SERVIÇO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTDE MESES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO	PROJETO ATIVIDADE
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
VALOR TOTAL									-----
9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QT DE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO ATIVIDADE		
01	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL MASTER DEVE POSSUIR 05 TECLAS PROGRAMÁVEIS, DISPLAY DE CRISTAL LIQUIDO DE 02 LINHAS E 20 CARACTERES, PARA CENTRAIS PABX DA MARCA ERICSSON, MODELO MD110 (INCLUIR CABOS E LICENÇAS NECESSÁRIAS). UNIDADE.	1031113	Sede da Sema – Cuiabá/MT Gerência de Patrimônio Mobiliário – GPAT	17			2014		
VALOR TOTAL									
10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço: Conforme descrição do item 9.2.									
10.1- Do Cadastro da Especificação: Cadastrado na SAD? (X) Sim, para todos os itens. () Não.									
11- Justificativa Técnica da aquisição: Substituição dos aparelhos telefônicos defeituosos existentes, tanto para a Sede quanto para as Regionais.									
12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos: Manter a boa qualidade dos serviços prestados pelos servidores da Secretaria.									

Rua C esquina com a Rua F, s/n - Palácio Paiaguás - Centro Político Administrativo.
Gerência de Processos e Aquisições - (65) 3613-7370 / 3613-7308 - Fax: (65) 3613-7309 - Cuiabá-MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Fls. Nº
SE

13 – Público/ Clientela Alvo: Destina-se aos servidores e funcionários dessa Secretaria e Regionais.																	
14- Data Estimada para entrega do bem e/ou realização do serviço:																	
14.1- Tipo de Entrega (x) Imediata () Sob demanda () Mensal																	
14.2- Período de atendimento (vigência do contrato): Não se aplica																	
14.3- Prazo de Entrega do bem ou serviço: 30 dias após a expedição da ordem de fornecimento dos materiais.																	
14.4- Previsão de desembolso financeiro:																	
<table border="1"><thead><tr><th colspan="3">CRONOGRAMA FINANCEIRO</th></tr><tr><th colspan="3">Previsão mensal de realização de despesas e de desembolso financeiro</th></tr><tr><th>Mês da realização da despesa</th><th>Mês do desembolso financeiro</th><th>Valor (R\$)</th></tr></thead><tbody><tr><td>JULHO/2014</td><td>AGOSTO/2014</td><td></td></tr><tr><td colspan="2">TOTAL</td><td></td></tr></tbody></table>			CRONOGRAMA FINANCEIRO			Previsão mensal de realização de despesas e de desembolso financeiro			Mês da realização da despesa	Mês do desembolso financeiro	Valor (R\$)	JULHO/2014	AGOSTO/2014		TOTAL		
CRONOGRAMA FINANCEIRO																	
Previsão mensal de realização de despesas e de desembolso financeiro																	
Mês da realização da despesa	Mês do desembolso financeiro	Valor (R\$)															
JULHO/2014	AGOSTO/2014																
TOTAL																	
15- Endereço de Entrega do bem/Realização do serviço: Sede da Sema/MT – Cuiabá/MT – Palácio Paiaguás, Rua C esquina com rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguás - Sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – CEP: 78050-970 – Gerência de Patrimônio Mobiliário – 3613 7334.																	
16- Condições e forma de Pagamento: À vista mediante entrega dos materiais e conformidade documental e fiscal.																	
17- Requisitos para Apresentação da Proposta:																	
17.1- Conhecimento Prévio Conforme legislação vigente																	
17.2- Perfil do Profissional Conforme legislação vigente																	
17.3- Perfil da Empresa A empresa deverá apresentar 01(um) atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório).																	
17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico Não se aplica																	
17.4.1- Metodologia de acompanhamento Não se aplica																	
17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI) Não se aplica																	
17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços Não se aplica																	
17.4.2- Descrição do Projeto Não se aplica																	
17.4.3- Gerencia das atividades Não se aplica																	



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA



17.5- Responsabilidades das partes

17.5.1- Da Contratante

- a) a)-permitir acesso dos empregados da Contratada vencedora às dependências da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, para a entrega dos materiais;
- b) b)-impedir que terceiros forneçam os materiais objeto desta licitação;
- c) c)-comunicar à Contratada vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento dos materiais;
- d) d)-solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeito durante a entrega e a utilização;
- e) e)- atestar as faturas correspondentes, checando se os materiais entregues estão de acordo com as especificações contidas no objeto.
- f) f)- verificar a regularidade das certidões exigidas pela legislação vigente, para posterior formalização do pagamento.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, quando necessários ao fornecimento do objeto
- h) Efetuar o pagamento à contratada, desde que verificada a adequação dos materiais fornecidos, com as especificações constantes no termo de referência.

17.5.2- Da Contratada

- a) responder, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: taxas, impostos, contribuições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- b) responder pelos danos causados diretamente à Administração da Secretaria de Estado de Meio Ambiente ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
- c) executar o fornecimento dos materiais dentro das especificações exigidas e constantes da proposta de preços apresentada;
- d) substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, o produto que for considerado inadequado ou defeituoso pelo Almoxarifado da Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
- e) apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;
- f) comunicar à Secretaria de Estado de Meio Ambiente qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- g) manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.
- h) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.
- i) Respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências do contratante.
- j) Manter os seus empregados identificados por crachá quando do fornecimento dos materiais ao contratante.
- k) Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração praticada por seus empregados nas dependências do contratante.
- l) A contratada sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- m) Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Deverá entregar manual contendo informações claras, precisas, e em língua portuguesa sobre as características, qualidade e origem dos materiais, entre outros dados, no que couber.
- o) Quando for o caso, fabricante e importador, deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto e/ou material. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.
- p) Acondicionar os materiais em embalagem individual adequada que apresente o menor volume possível que cause menor impacto ambiental, quando se tratar de embalagens de papel/papelão.

18- Das Garantias:

A empresa vencedora deverá apresentar declaração se responsabilizando pela garantia do produto de acordo com as normas exigidas, bem como deverá informar o prazo real de validade de cada produto.

19- Das Sanções Administrativas:

- O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste Termo de Referência, sujeita a CONTRATADA, a juízo da administração, garantida a prévia e ampla defesa, à multa moratória de 0,5% (meio por cento)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Ger. Protos
Fls. Nº 0
f
SEMA

por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor contratado, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

- A multa, prevista neste item será descontada dos créditos que a CONTRATADA possuir com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e pode cumular com as demais sanções administrativas;

- Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços acordados, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, poderá aplicar a CONTRATADA, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93:

- Advertência por escrito;

- Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

- Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, por prazo não superior a 05 (cinco anos), sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade;

- Declaração de inidoneidade para licitar junto a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

- A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

- Caso a detentora do contrato, não possua nenhum valor a receber do Órgão/entidade, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, respeitada o direito de ampla defesa, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/entidade proceder à cobrança judicial.

- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

- Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, e inclusive a reabilitação perante a Administração Pública;

- As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

20- Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver:
Conforme legislação vigente.

21- Considerações (se houver):

Cuiabá/MT, 07 de abril de 2014.

 Fabiano Luiz Busatto Responsável pela elaboração do TR Data: 07/07/2014	 Fabiano Luiz Busatto Responsável pela Especificação Técnica Data: 07/07/2014
---	--



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Ger. Pro
Fls. Nº
SEMA

 Vilson Alves de Almeida Junior Gerente de Patrimônio Mobiliário Data: 07/07/2014	 Alessandra Moreira Itacaramby Coordenadora de Apoio Logístico Data: 07/07/2014										
Atestamos:	Atestamos:										
<table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não Possui Orçamentário</td></tr></table>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	<table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Financeiro</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Financeiro</td></tr></table>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										
<p>Maria Antonia Correia Agente de Desenvolvimento Econômico Social Coordenadora de Planejamento Data: 09/07/2014.</p> <p> Roseane Figueiredo Sousa Gerente de Execução Orçamentária Data: 09/07/2014.</p> <p> Valério da Silva Coordenador de Planejamento Data: 09/07/2014.</p>	<p>Coordenadora Financeira Data: 11/07/2014.</p> <p> Francisca Agente Financeiro de Santana Analista Administrativo - Contadora Coordenadora Financeira SAGS / SEMA/MT</p>										
<table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não autorizado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Aguarde</td></tr></table> <p> Benedito Nery Guterres Strobel Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica Ordenador de Despesa Data: 11/07/2014.</p>		<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde				
<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.										
<input type="checkbox"/>	Não autorizado										
<input type="checkbox"/>	Aguarde										

TR ELABORADO POR: Fabiano Luiz Busatto (Página integrante ao documento TR 101/2014 – Aquisição de telefones digitais.)	UNIDADE: SAGS	RAMAL: 3613-7331
---	---------------	------------------

Anexo I

MEMORIAL DESCRITIVO/MEMÓRIA DE CÁLCULO

S/ ANEXOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Ger. Protocolo
Fls. 02
K
SEMA

1- TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO nº 106 /2014

2- Unidade Orçamentária: 27101 2.1- Programa: 323 2.2- Unidade Gestora: 27101/4319 2.3- Região: 9900 2.4- Medida: 5 2.5- Tarefa: 1	3- Classificação da Despesa: () Materiais Permanentes (x) Materiais de Consumo ou Expediente () Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiros Pessoa Física () Obras () Reformas () Outros	6- Fiscal do Contrato 6.1 – Fiscal Titular: Lourival Vasconcelos 6.2 – Fiscal Substituto: Juracy Santos Filho
4- Unidade Demandante do TR: Coordenadoria de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão CACI	5- Unidade Solicitante/ Recebedora: Coordenadoria de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão CACI	

7- Projeto/Atividade, Fonte, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor Estimado.

Projeto/Atividade	Fonte	Elemento e Sub-Elemento de Despesas	Valor (R\$)
2007	240	33903000	
Custo Total Estimado 2014			
Custo Total Estimado 2015			

8- Objeto Sintético:
AQUISIÇÃO DE HEADSET (FONE DE OUVIDO) COM CANCELAMENTO DE RUÍDO E FORRO ALMOFADADO PARA A CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, CONFORME ESPECIFICADO NO CAMPO 9.2 ABAIXO.

9- Planilha Descritiva do Objeto

9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de Prestação de SERVIÇOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	QTDD SERVIÇO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTDD MESES	CUSTO MÁXIMO TOTAL DO SERVIÇO
VALOR TOTAL								

9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:

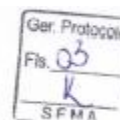
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	HEADSET PARA TELEMARKETING, CONTROLE DIGITAL DE VOLUME, ATENDIMENTO AUTOMÁTICO E DESLIGAMENTO MANUAL, TRÊS OPÇÕES DE TEMPO FLASH, SIGILO DE TRANSMISSÃO, TRÊS MELODIAS DE CAMPAINHA, REDISCAGEM DO ÚLTIMO NÚMERO (LINHA PÚBLICA OU PABX), QUATRO NÍVEIS DE CAMPAINHA (DESLIGADO, MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO), COM NO MÍNIMO 10 TECLAS. ATENDIMENTO AUTOMÁTICO: RECURSO QUE PERMITE ATENDER AS CHAMADAS TELEFÔNICAS AUTOMATICAMENTE, SEM NECESSIDADE DE ACIONAR A TECLA ON/OFF (GANCHO), POR UTILIZAR TAMBÉM UM SISTEMA MICROPROCESSADO E MANTA DE BORRACHA DE SILICONE, A VIDA ÚTIL DO TECLADO AUMENTA MAIS DE 10 VEZES EM RELAÇÃO AS CHAVES COMUTADORAS E ACIMA DE 100 VEZES EM RELAÇÃO A POTENCIÔMETROS DESLIZANTES. UNIDADE	5801037100001	Cuiabá-MT	10		
VALOR TOTAL						



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO



10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:
Conforme consta no item 01 do campo 9.2.

10.1- Do Cadastro da Especificação:
Cadastrado na SAD?

(x) Sim

() Não, porque (apresentar justificativa).

11- Justificativa Técnica da aquisição:

A SEMA, na busca contínua por melhores resultados em todas as suas áreas de atuação, visa disponibilizar ao público melhoria na capacidade e qualidade de atendimento compatíveis com a demanda existente, bem como alinha-se às diretrizes do planejamento estratégico da SEMA, dentre as quais está o atendimento eletrônico ao cidadão-usuário, que constitui em um meio imprescindível para facilitar a utilização dos serviços oferecidos pela SEMA ao usuário que não tem acesso à internet ou tem dificuldade para se deslocar até a sede da SEMA ou em uma de suas unidades regionais.

A presente aquisição é proposta para atender à demanda da Central Telefônica de Atendimento ao cidadão-usuário junto a Superintendência de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão – SURAC, no sentido de estruturá-la com os equipamentos necessários para prestar serviços de atendimento ao público com qualidade e eficiência, tendo em vista que o incremento do atendimento telefônico constitui em medida menos onerosa que o aumento do número de pessoas ou postos para atendimento presencial e certamente diminuirá a quantidade de usuários que vem na instituição em busca de informações.

Assim, a aquisição deste equipamento (fone de ouvido), está alinhada ao princípio da economicidade/razionalidade a que está sujeita a administração pública.

12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos:

A aquisição do equipamento possibilitará atendimento célere e preciso ao cidadão-usuário dos serviços da SEMA-MT.

13 – Público/ Clientela Alvo:

Servidores da Superintendência de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão/Coordenadoria de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão.

14- Entrega do bem e/ou realização do serviço:

14.1- Tipo de Entrega

(X) Imediata () Sob demanda () Mensal

14.2- Período de atendimento (vigência do contrato): Não se aplica.

14.3- Prazo de Entrega do bem ou serviço: Em até 60 dias

14.4- Previsão de desembolso financeiro:

CRONOGRAMA FINANCEIRO		
Previsão mensal de realização de despesas e de desembolso financeiro		
Mês da realização da despesa	Mês do desembolso financeiro	Valor (R\$)
Agosto/2014	Setembro/2014	
TOTAL		

15- Endereço de Entrega do bem/Realização do serviço:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente- SEMA/MT – Rua C, Centro Político Administrativo, Palácio Paiaguás
CEP 78050 – 970 – Cuiabá - MT

16- Recebimento e forma de Pagamento:

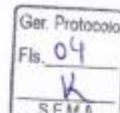
O objeto desta licitação será recebido provisoriamente pela Superintendência de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão - SURAC, por um período máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega do material.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO



para que seja verificada a sua conformidade com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência.
O pagamento será efetuado após a nota fiscal estar devidamente atestada pela SURAC – Superintendência de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão e pela Gerência de Almojarifado, devendo ainda estar acompanhada dos documentos de regularidade fiscal exigidos legalmente, obedecendo aos prazos estabelecidos em lei e decretos vigentes.

17- Requisitos para Apresentação da Proposta:

17.1- Conhecimento Prévio

Não se aplica.

17.2- Perfil do Profissional

Não se aplica.

17.3- Perfil da Empresa

Não se aplica.

17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico

Não se aplica.

17.4.1- Metodologia de acompanhamento

Não se aplica.

17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI)

Não se aplica.

17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços

Não se aplica.

17.4.2- Descrição do Projeto

Não se aplica.

17.4.3- Gerencia das atividades

Não se aplica.

17.5- Obrigações das partes

17.5.1- Da Contratante

Conforme legislação vigente.

17.5.2- Da Contratada

Conforme legislação vigente.

18- Das Garantias (legal ou contratual):

De acordo com o contrato e a legislação vigente.

19- Das Sanções Administrativas:

Conforme legislação vigente.

20- Legislação aplicada ao objeto / Parecer específico se houver:

Conforme legislação vigente.

21- Considerações (se houver):

Cuiabá/MT, 08 de julho de 2014.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA SUPERINTENDÊNCIA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO											
<p>Responsável pela elaboração do TR Pedro Julião de Castro Borges</p> <p>Data: <u>16/07</u> / 2014.</p>	<p>Responsável pela Especificação Técnica Pedro Julião de Castro Borges</p> <p>Data: <u>16/07</u> / 2014.</p>										
<p><u>Lourival Alves Vasconcelos</u> Presidente da CML / SEMA / MT Coordenadoria de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão - CACI</p> <p>Data: <u>16/07</u> / 2014.</p>	<p><u>Alexandro Moreira da Rocha</u> Superintendência de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão - SURAC</p> <p>Data: <u>16/07</u> / 2014.</p>										
<p>Atestamos:</p> <table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não Possui Orçamentário</td></tr></table> <p><u>Joaquim Nunes Borges</u> Analista de Meio Ambiente SEMA - MT Técnico CPLAN</p> <p>Data: <u>22/07</u> / 2014.</p> <p><u>Valdinei Moura da Silva</u> Gerência de Execução Orçamentária Data: <u>22/07</u> / 2014.</p> <p>Coordenadoria de Orçamento Data: <u>22/07</u> / 2014.</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	<p>Atestamos:</p> <table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Financeiro</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Financeiro</td></tr></table> <p>Coordenadoria Financeira Data: <u>23/07</u> / 2014.</p> <p><u>Agathe Francis Silva de Santana</u> Assistente Administrativo - Contadora Coordenadora Financeira SAGS / SEMA-MT</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										
<table border="1"><tr><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não autorizado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Aguarde</td></tr></table> <p><u>Benedito Nery Quirim Strobel</u> Secretário Adjunto de Gestão Ordinador de Despesa</p> <p>Data: <u>24/07</u> / 2014.</p>		<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde				
<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.										
<input type="checkbox"/>	Não autorizado										
<input type="checkbox"/>	Aguarde										
<table border="1"><tr><td>TR ELABORADO POR: Pedro Julião de Castro Borges -</td><td>UNIDADE: SURAC – Superintendência de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão – RAMAL: 54905 54906</td></tr></table>		TR ELABORADO POR: Pedro Julião de Castro Borges -	UNIDADE: SURAC – Superintendência de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão – RAMAL: 54905 54906								
TR ELABORADO POR: Pedro Julião de Castro Borges -	UNIDADE: SURAC – Superintendência de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão – RAMAL: 54905 54906										



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
Coordenadoria de Aquisições e Contratos
Gerência de Processos de Aquisições

CI nº 310/GPAQ/CAC/SAGS/SEMA/2014.

Para: Coordenadoria de relacionamento e atendimento ao cidadão

Cuiabá/MT, 26 de agosto de 2014.

Prezado (a) Coordenador (a),

Encaminhamos o processo nº 369014/2014, referente "AQUISIÇÃO DE 17 APARELHOS TELEFÔNICOS DIGITAL MASTER E 10 HEADSET (FONE DE OUVIDO)", solicitamos que nos informe se os termos do edital estão de acordo com o termo de referência nº 106/2014, mas especificamente as exigências constante aos itens 9.2.4, 9.2.6 (seguindo o prazo constante no TR 101/2014 referente aquisição de aparelhos telefônicos), 14.2, 14.9 e ANEXO VIII.

Aproveitamos o ensejo para informar a reunião neste mesmo processo licitatório, dos aparelhos telefônicos e dos headset, visando o princípio administrativo da economia e eficiência.

Sem mais para o momento, desde já agradecemos a vossa intenção, e nos colocamos a inteira disposição através do telefone (65) 3613-7308.

Atenciosamente,


Emmanuelle Silva Santos
Pregoeira Oficial
SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO
AO CIDADÃO - SURAC

COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 060/SURAC/SEMA/2014

Cuiabá/MT, 27 de Agosto de 2014.

DE: SUPERINTENDÊNCIA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO - SURAC.

PARA: GERÊNCIA DE PROCESSOS DE AQUISIÇÕES - GPAQ.

Prezado (a) Gerente,

Informamos que estamos de acordo com os termos do edital informados pela CI n.310/GPAQ/CAC/SAGS/SEMA/2014.

Atenciosamente,


Pedro Juliano de Castro Borges
Superintendente de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão – SURAC

Recebido em
27.08.2014
Luiz J. de S.
CPAC



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA

(Esta declaração deverá ser apresentada junto a Proposta)

(papel timbrado da empresa)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada _____, nesta cidade _____ CEP _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF _____, para fins de participação na licitação tipo Pregão Presencial nº ____/2014/SEMA, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- O prazo de validade do item 01 é _____;

- GARANTE a qualidade do produto _____ (itens 01 e 02), (Código de Defesa do Consumidor) mínimo de 90 (noventa) dias, contra defeitos de fabricação, ou dos serviços efetuados pelo prazo mínimo de XXXXXXXXXX ou pelo XXXXXXXX Km, contados do recebimento definitivo, podendo ser exercitada, mediante ofício, na sede desta licitante, sem ônus para a SEMA/MT.

Local e data,